



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639241 - SP (2021/0005914-0)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**IMPETRANTE** : MATEUS SOARES  
**ADVOGADO** : MATEUS SOARES - SP283788  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JEFFERSON ALVES LIMA SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JEFFERSON ALVES LIMA SANTOS contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500808-37.2018.8.26.0571).

O paciente foi condenado definitivamente às penas de 6 anos e 8 meses de reclusão no regime inicial fechado e de 666 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante alega a ilegalidade da condenação criminal, ao argumento de que não foi comprovada a atividade de tráfico de drogas, mas sim a posse de substância entorpecente para consumo pessoal do paciente.

O impetrante pleiteia, então, a desclassificação da conduta imputada ao paciente para enquadrá-la ao preceito primário do art. 28 da Lei Antidrogas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A verificação da possibilidade da desclassificação criminal demanda reexame de fatos e provas, procedimento incompatível com a estreita via do *habeas corpus*. Deve a questão ser dirimida no trâmite da instrução criminal. Confira-se precedente sobre a matéria:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGA, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. TEMA NÃO ALISADO PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DA CONDUTA.

ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE AUTORIA. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIA INADEQUADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

4. A tese de negativa de autoria exige o revolvimento do conteúdo fático-probatório, o que é inviável na via do habeas corpus.

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC n. 580.801/BA, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 21/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente